

ACTA Nº 14

Acta da Sessão Ordinária do dia 28 de Dezembro de 2007

----- Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Licínio Ramos, substituído pelo senhor Manuel Reverendo; Maria de Fátima Moço, substituída pelo senhor Paulo Pinho dos Santos. O senhor Mário Pedrosa da Silva renunciou definitivamente ao mandato, sendo substituído pelo senhor deputado Paulo Alexandre Santos. -----

----- Da parte do executivo estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores Carlos Neves, Albina Rocha, Fernando Capela, Marco Domingues e Manuel Frade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão a acta da Sessão anterior. -----

----- Realizada a votação, a acta da Sessão anterior foi aprovada com quatro abstenções. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro interrogou o executivo sobre o processo de negociação e aquisição dos terrenos da futura Zona Industrial do Fontão, alertando para o facto de ainda existirem muitas dúvidas em relação a este processo, nomeadamente no que diz respeito aos valores dos terrenos e à falta de contacto, em simultâneo, com todos os proprietários desses mesmos terrenos. Ainda sobre este assunto, chamou à atenção para a falta de informação que ainda existia entre os proprietários e o aproveitamento dessa falta de informação por parte de terceiros na compra dos terrenos. -----

----- O senhor deputado José Lazaro alertou o executivo para diversos problemas causados pelas alterações ao sentido de trânsito de diversas ruas em Vagos, mais precisamente junto da escola do Primeiro Círculo, nomeadamente no entroncamento entre a rua Carvalho e Maia, a rua Humberto de Correia e a rua Dr. José Almeida Azevedo. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta voltou a chamar a atenção para a construção ilegal existente em reserva agrícola nacional e que dia para dia aumenta de volume. Interrogou o executivo sobre o ponto da situação de uma questão que dura já há largos anos, desde o mandato do Dr. Carlos Bento, sobre os terrenos do senhor Américo Rocha Frade e que foram ocupados pela Câmara, para alargamento da Avenida Ceará Mirim, perguntando se esta questão já estaria resolvida ou se era um problema que iria empolar ainda mais o orçamento. Questionou ainda o Executivo sobre algumas questões relacionadas com a revisão do PDM, entre as quais a justificação da falta de um Pólo Industrial em Calvão, uma vez já tinha estado previsto, numa proposta anterior. Questionou ainda sobre o não aparecimento da Igreja de Calvão como património classificado, quando até a Ordem dos Arquitectos a tinha considerado como uma das únicas construções de interesse arquitectónico de Vagos, juntamente com o Palácio da

Justiça. Contestou o acesso às praias de quem vem do nó de Soza da A17, e a maneira como estão previstas as circulares internas e externas, sobretudo a marginal à vila de Vagos, da qual julga que apenas irá servir o trânsito de pesados, e que pouco irá beneficiar a protecção da paisagem e das margens do rio Boco. Considerou que a possibilidade de construir 3 pisos nos aglomerados urbanos em Calvão não será a mais correcta, pois não existem condições para as infraestruturas, ao nível de estacionamento, de entradas e saídas de viatura e de circulação segura das pessoas. Por último, mostrou-se surpreso sobre a existência de manchas para exploração de inertes, julgando que todos os inertes do concelho de Vagos já teriam sido explorados. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado iniciou a sua intervenção referindo que as preocupações apresentadas pela deputada Dina Ribeiro, sobre a Zona Industrial de Soza, não eram virgens e que também a ele já lhe tinham chegado preocupações semelhantes, considerando que era importante que os proprietários de terrenos naquela área só negociassem com a entidade Mais Vagos, pois só esta tem as competências de negociação e aquisição dos terrenos. Relativamente à discussão pública do PDM, afirmou que tem decorrido muito bem, realçando o facto de todos os elementos do Plano terem estado disponíveis na internet para que todos os pudessem consultar, mesmo aqueles que não se poderiam deslocar às Juntas de Freguesia ou ao edifício da Câmara, não deixando de mencionar o seu desagrado com o que tinha acontecido na última sessão pública de apresentação da revisão do Plano Director Municipal. Por último chamou a atenção do executivo para a questão dos parquímetros em Vagos, e para as constantes avarias dos aparelhos. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido começou por congratular a Câmara pela iniciativa do Eco Natal, que embelezou as rotundas do concelho de Vagos, revelando porém alguma mágoa pelo esquecimento da rotunda da Praia da Vagueira, que há mais de um ano se encontra sem qualquer tipo de arranjo. Questionou o Executivo acerca da falta de iluminação e da ocupação do espaço público ocorrido na Rua Principal da Gafanha da Boa Hora e recordou o problema da venda ambulante ilegal na praia da Vagueira, principalmente ao fim de semana. Solicitou à Câmara que fizesse chegar às autoridades competentes algumas preocupações sobre a segurança das pessoas e bens, pois só na última semana as bombas de gasolina da Gafanha tinham sido assaltadas duas vezes. Questionou ainda sobre o ponto da situação do Plano de Pormenor da Praia da Vagueira. Por último, alertou para o mau estado do varandim da ponte de acesso à Praia da Vagueira. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por saudar a presença, na sessão da Assembleia, da Comissão Política do CDS/PP, nas pessoas do seu presidente e vice-presidente. Em relação à aquisição dos terrenos do futuro Parque Empresarial de Soza, esclareceu que já foi aprovado em sessão da Assembleia Municipal a constituição de uma S.A. (Sociedade Anónima) com o nome Mais Vagos, constituída por entidades de interesse público, sendo um dos seus propósitos a capacidade de financiamento para promover a aquisição, por negociação directa, dos terrenos. Assim, antes de serem desenvolvidos os primeiros contactos com os proprietários, os terrenos foram alvo de um estudo de avaliação por parte de três engenheiros, tendo estes chegado a uma proposta única de consenso, com vários factores de valorização que influenciaram o preço final dos terrenos. O processo de inventariação dos proprietários, até pelo facto de muitos deles nem sequer residirem no concelho de Vagos e dos muito terrenos

naquela área resultarem de heranças divisas, é complexo, e se se esperasse para contactar todos os proprietários ao mesmo tempo seria muito mais demorado. Existem então pessoas mandatadas pela empresa Mais Vagos para contactar os proprietários, mas, por mais divulgação e por mais celeridade que se use, é impossível controlar a especulação imobiliária. Até ao momento já foram adquiridos mais de um terço dos terrenos, cerca de 330 hectares e espera-se para breve a aquisição de outro terço da área total. Relativamente à alteração ao sentido de trânsito, informou que a mesma foi requerida pela Comissão de Pais e Encarregados de Educação da Escola, referindo que a mesma foi realizada pensando sobretudo na segurança das crianças. Em resposta ao senhor deputado Mário Tarenta, revelou que, juntamente com a directora do Departamento de Urbanismo, se deslocou à CRAAC, a entidade competente da Reserva Agrícola Nacional, tendo falado com o director dos serviços jurídicos, ficando este de marcar uma reunião para discutir a metodologia para a reposição do solo. Até à data, porém, a Câmara ainda não recebeu qualquer convocatória. Mas dada a importância e gravidade do caso, apelou a que a Assembleia Municipal tome uma posição, para que junto da CRAAC se faça mais pressão, com o objectivo de resolver o assunto com brevidade. Sobre os terrenos do senhor Américo Rocha Frade, esclareceu que estes foram ocupados de forma pacífica e consentida, sendo que a única obrigação da Câmara era a aprovar uma proposta de loteamento. Essa obrigação foi cumprida na íntegra, tendo até sido apresentadas três propostas de loteamento, não só para o senhor Américo Rocha Frade mas também para o senhor João da Rocha António, tendo ambos aceiteado a proposta da Câmara. O processo de negociação foi depois invertido pelo senhor Américo Rocha Frade, devido a uma situação que este não terá gostado e que diz respeito à demolição de uma garagem ilegal localizada em perímetro urbano, num processo que se arrastava desde 1997. Relativamente à revisão do PDM, anunciou que a Câmara vai propor junto da CTA (Comissão Técnica de Acompanhamento) do PDM a modificação das marcações dos pólos industriais já existentes, tencionando que seja criado um entre Calvão e Ponte de Vagos. Em relação ao facto da Igreja de Calvão não constar no artigo do Regulamento referente ao património classificado, explicou que o artigo não pretendia ser exaustivo mas sim meramente exemplificativo, já que não existe um levantamento arquitectónico exaustivo. Sobre a cêrcea de três pisos permitida no centro de Calvão, explicou que essa permissão não é assim tão linear e não diz respeito ao centro de Calvão na sua totalidade, havendo factores que têm de ser tidos em conta. O regulamento contém uma regra que defende a continuidade da cêrcea dominante na área envolvente, e outra que define a possibilidade de, em espaços não urbanizados, se poder chegar aos três pisos. A diferença está, assim, nas regras para as áreas já urbanizadas e para as áreas ainda não urbanizadas e onde será possível urbanizar. Sobre a marginal à Vila de Vagos, considerou que o trânsito que fluía de nascente para poente, e que irá aumentar com a relação comercial entre o Parque Empresarial de Soza e a Zona Industrial de Vagos, terá sempre de cruzar a vila de Vagos, existindo duas soluções: ou contornar a vila ou fazer essa viagem através do nó da A17 em Santo André. Para aumentar a qualidade de vida e o desenvolvimento de projectos de requalificação urbana da Vila de Vagos, é imprescindível a criação de uma circular à vila de Vagos, revelando que a Câmara tudo irá fazer para que o impacto ambiental dessa circular seja o mais reduzido possível. A terminar, revelou que a proposta de revisão do Plano do Pormenor da Praia da Vagueira está em fase de conclusão e que logo que possível será enviado para obter os

pareceres das entidades competentes, perspectivando-se a publicação em 2009. Relativamente à iluminação pública, referiu que o problema está a ser tratado. Em relação à ocupação ilegal dos espaços públicos e aos assaltos ocorridos na freguesia da Gafanha da Boa Hora, está a ser procurada uma solução em conjunto com a GNR. Quanto à rotunda da Vagueira, revelou que foi oferecido ao concelho um barco moliceiro, mas que devido às suas dimensões é impossível a sua colocação nessa rotunda, como desejava o executivo. Como tal, estão a ser ponderadas outras alternativas para o embelezamento da rotunda. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos referiu não gostar de insistir em temas abordados por si anteriormente, mas afirmou novamente que a solução apontada para a via marginal à vila de Vagos é errada, uma vez que ofende a qualidade de vida dos vaguenses e continua a virar as costas ao rio Boco, cuja paisagem considera ser a mais bonita da Vila. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta referiu que lhe deu gosto ouvir a paixão e a eloquência da intervenção da deputada Ana Maria Vasconcelos. De seguida, informou que não era advogado do senhor Américo Rocha Frade, referindo que lhe parecia que a garagem, entre outras coisas, fazia parte do negócio de compensação entre o citado senhor e o anterior Presidente da Câmara, e que foi feito com um eventual “fechar de olhos” a algo ilegal ou com a promessa de legalizar algo que não era de legalizar, acabando por ser este executivo a fazer o que teria de ser feito, ou seja, mandar demolir a garagem, uma vez que esta se encontra ilegal. Ainda sobre este assunto, aconselhou o senhor Presidente a rever melhor o processo. Por fim demonstrou satisfação pelo IPPAR ter defendido que a Praça da República merecia ser protegida, não só pelo espaço em si mas também pelos edifícios envolventes. -----

----- O senhor deputado José Lazaro afirmou que o argumento apresentado para a alteração dos sentidos de trânsito não é válido, pois a entrada da escola encontra-se numa via onde o sentido de trânsito não foi modificado, e que a alteração efectuada na envolvente só tinha aumentado a confusão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara afirmou que as entidades mais importantes eram os alunos, os pais e os professores, e que estes estavam satisfeitos com a solução encontrada, e que portanto a Câmara irá manter a alteração. Quanto ao processo do senhor Américo Rocha Frade, referiu que as afirmações do senhor deputado Mário Tarenta correspondem à verdade, explicando que o que estava a ser apreciado nos serviços jurídicos da Câmara era um proposta apresentada pelo senhor Américo Frade, que do ponto de vista da autarquia não é aceitável, face aos compromissos por ele assumidos anteriormente. É que agora o citado senhor está a querer desistir do acordo pelo facto da garagem ilegal ter sido demolida. Por fim, propôs à senhora deputada Ana Maria Vasconcelos que se desloque aos serviços camarários para consultar o projecto da via marginal, que contém os seus impactos ambientais e soluções para esses impactos, para que assim possa ter uma opinião mais fundamentada sobre esta questão. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- **PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALINEA e) DO PONTO 1 do ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a informação financeira e actividade municipal, no período compreendido entre vinte e oito de Setembro e vinte e sete de Dezembro de dois mil e sete. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado congratulou o Executivo e as variadas IPSS do concelho pela aquisição dos autocarros que irão servir para benefício dessas mesmas associações e das freguesias às quais pertencem. -----

----- **PONTO DOIS – PROPOSTA DE RECTIFICAÇÃO DA ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 26 DE 09 DE JUNHO DE 2005.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Executivo para apresentação do documento em discussão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia que tinha havido um desfasamento relativamente à intenção da Câmara e ao que tinha sido aprovado em Assembleia, e aproveitando o processo em curso da alteração de regime simplificado do Plano de Pormenor da Gafanha da Boa Hora, entendeu a Câmara municipal propor esta rectificação, que se traduz apenas em perceber que o Centro Educativo da freguesia da Gafanha da Boa Hora pode ser localizado no Plano de Pormenor da Gafanha da Boa Hora/Floresta, bastando que os espaços destinados a equipamentos públicos não tenham uma única função. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa interrogou o Executivo sobre se a proposta apresentada reflecte o que teria sido dito na Assembleia, questionando se teria sido o tema que não foi exposto da melhor forma na Assembleia, ou se teria havido um lapso de escrita na acta da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que o que estava escrito na acta, por um lado, não expressava o que tinha sido dito na Assembleia, e por outro lado também não expressava a intenção da Câmara. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa considerou que era importante o executivo solicitar um parecer da CCDR/C, no sentido de saber se uma Assembleia tem poderes para alterar uma redacção de uma acta aprovada por outra Assembleia, e se esta modificação, como incidia também no Regulamento, ainda caberia no regime simplificado de alteração do Plano de Pormenor. -----

----- O senhor Presidente da Câmara considerou que o procedimento correcto era a apresentação formal à CCDR/C da deliberação da Assembleia Municipal, mas se esta assim o entender a alteração iria primeiro à CCDR/C e só depois viria à Assembleia para aprovação, mas que assim significaria mais tempo perdido com burocracias. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro afirmou que a bancada do CDS/PP tinha algumas dúvidas sobre a legitimidade desta Assembleia para alterar uma fundamentação presente numa acta aprovada por outra Assembleia, propondo que esta alteração tivesse um parecer jurídico da CCDR/C, considerado que assim a decisão será tomada com mais segurança. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que a Câmara já consultou informalmente os serviços da CCDR/C, do núcleo operativo de Aveiro, na pessoa do senhor Engenheiro Vítor Pereira, que considerou possível esta solução, sempre na ideia que em termos formais quem iria dar o parecer eram os serviços jurídicos da CCDR/C. Existem assim duas metodologias em cima da mesa: ou a aprovação nesta sessão da Assembleia e posterior pedido de

parecer à CCDR/C, ou ir a Reunião de Câmara para se pedir um parecer da CCDR/C e voltar novamente a esta Assembleia para aprovação. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado, considerando que este ponto teria sido alvo de voto favorável por unanimidade, na reunião de Câmara, comunicou que o grupo parlamentar do PSD irá votar a favor da rectificação. --

----- O senhor Presidente da Câmara declarou que a questão que iria colocar à CCDR/C perante uma proposta concreta da Assembleia Municipal, era se era possível fazer a rectificação no sentido em que for aprovada na Assembleia, e não outra questão. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta começou por considerar que em termos formais, a questão levantada pela bancada do CDS/PP poderia ter alguma pertinência. No entanto, no plano substancial, esta poderia retirar importância ao que se pretende, considerando que à data em que foi aprovada a deliberação os objectivos eram diferentes, muito mais modestos, não estavam ainda presentes as implicações da Carta Educativa. Por fim, considerou que fazia mais sentido dar predominância à questão substantiva e aprovar a rectificação. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta de rectificação da acta da Assembleia número vinte e seis de nove de Junho de dois mil e cinco. -----

----- Após a votação, foi aprovada por maioria com o voto contra da bancada do CDS/PP, a proposta de rectificação da acta da Assembleia número vinte e seis de nove de Junho de dois mil e cinco. -----

----- A bancada do CDS/PP apresentou uma declaração de voto, justificando o seu voto contra esta proposta de rectificação pelos seguintes motivos: “em primeiro lugar pelas dúvidas sobre a possibilidade desta Assembleia em rectificar uma acta de uma Assembleia cessante; em segundo lugar pelas dúvidas sobre se a alteração ao Plano de Pormenor da Gafanha da Boa Hora/Floresta era em regime simplificado, pois trata-se de uma alteração ao Regulamento e ao uso; por último, consideravam que as intenções do Executivo, à data daquela Assembleia Municipal, não eram os Centros Educativos, e que até o próprio Presidente da Câmara manifestou não ter a certeza relativamente as afirmações que produziu”. -----

----- **PONTO TRÊS – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que esta alteração decorre da nova legislação, tendo sido adoptada a proposta da maioria dos associados da Associação dos Municípios Portugueses (ANMP), e tem a ver com as novas regras para o sector imobiliário de participação de contratos e projectos. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro manifestou a sua concordância com a adaptação do Regulamento à nova legislação e com a taxa proposta pela Câmara, sugerindo apenas que no artigo 51º do Regulamento aparecessem não só os projectos licenciados e autorizados pela Câmara, mas também os autorizados por outras entidades competentes para o efeito. -----

----- O senhor Presidente da Câmara afirmou que, embora gostasse, não pode aceitar a proposta da bancada do CDS/PP pois trata-se de um Regulamento Municipal, e que estas taxas só podem ser vinculadas aos actos praticados pela Câmara Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a alteração. -----

----- Após a votação, foi aprovada por unanimidade a alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. -----

----- **PONTO QUATRO – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO PARA O ANO 2008.** -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara anunciou que sendo este um Plano Plurianual de Investimentos, o grosso das obras que estava em execução em 2007 mantém-se em 2008, surgindo algumas novas obras que têm a ver com o plano estratégico aprovado pela Assembleia. Em relação à execução do Orçamento, existe apenas uma questão a ser explicada, que tem a ver com o saneamento básico. E assim informou a Assembleia ser do conhecimento público, pela comunicação social, já que a Câmara não recebeu ainda nenhuma notificação para isso, que a empresa Águas de Portugal irá tomar conta da rede em baixa do saneamento na maioria dos municípios portugueses. Portanto, surgem dúvidas sobre as verbas que poderiam estar disponíveis no QREN para as autarquias, levantando esta questão vários problemas no concelho de Vagos, onde a dúvida maior estará na possibilidade de empolar o Orçamento para manter as obras de saneamento básico, sabendo de antemão que estas poderão sair da competência da Câmara. A decisão do Executivo, uma vez que formalmente não teve conhecimento da possibilidade da empresa Águas de Portugal tomar conta do saneamento, foi de manter no Orçamento as obras de saneamento. ----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido colocou ao Executivo algumas questões sobre o Orçamento, nomeadamente no que diz respeito ao saneamento na Gafanha da Boa Hora. Questionou ainda sobre as receitas dos resíduos sólidos e sobre a ausência neste orçamento de 190 mil euros que estavam previstos no orçamento anterior para vias rurais. Por fim, congratulou-se sobre o aumento de investimento no concelho de Vagos. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro começou por interrogar o Executivo sobre eventuais candidaturas para conclusão do Estádio Municipal, e quais as candidaturas conseguidas exclusivamente por este Executivo. Em relação ao saneamento, o grupo municipal do CDS/PP gostaria de saber exactamente o que irá ser feito e onde irá ser feito, pois a verba destinada a essas obras é inferior ao orçamentado no ano anterior. Após análise do documento, e comparando com o que estava previsto no plano de 2007, questionou o Executivo sobre o aumento significativo das transferências correntes e a aquisição de bens e serviços. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta considerou que as lamentações apresentadas na introdução do documento e que incidiam sobre a culpa do Governo e das suas políticas de execução orçamental, eram pertinentes, mas que no entanto não desculpavam tudo o que está presente no documento, referindo-se à existência na Internet de dezasseis regulamentos relativos às apresentações de candidaturas do QREN. Da análise efectuada ao Orçamento, não foram encontradas grandes diferenças entre este orçamento e o de 2007, tratando-se basicamente da continuação da implementação do programa do Executivo. Questionou se a continuação a um nível elevado da previsão de receitas derivadas do IMI não irá dificultar a redução pretendida da taxa desse imposto. Por fim, interrogou sobre qual seria o verdadeiro prazo de pagamento a fornecedores, pois ainda há pessoas que se queixam que continua muito dilatado,

aproveitando para informar que no Orçamento Geral do Estado, para estas situações, está prevista a possibilidade de recurso a empréstimos bonificados. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado considerou que este Orçamento terá sido feito com alguns constrangimentos, derivados da falta de programas do QREN, referindo que apenas uma ínfima parte dos regulamentos já se encontram publicados. Considerou que este Orçamento cumpria o que estava estipulado nas linhas estratégicas do concelho, anunciando o voto favorável do grupo municipal do PSD. Por fim, congratulou-se pela diminuição dos prazos de pagamento aos fornecedores. -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara começou por responder ao senhor deputado Joaquim Plácido, informando que a Câmara de Vagos não tem condições para cobrar directamente a taxa de resíduos sólidos através do recibo da água, pois ainda existe uma grande percentagem de municípios de Vagos que não tem água canalizada. Relativamente às vias rurais, anunciou uma nova política, que consiste em juntar as benfeitorias a fazer em determinado lugar. Em relação à verba para o saneamento básico, considerou que este Orçamento prevê o possível, e pode ser melhorado se a Câmara souber das políticas do Governo quer em relação ao QREN, quer em relação ao saneamento, informando também que no momento é muito complicado para as câmaras por si só apresentarem candidaturas que não estejam incluídas noutros programas a nível intermunicipal. Informou ainda que está previsto ser executado o que falta de saneamento básico de Santa Catarina e o início das obras de saneamento em Covão do Lobo. Relativamente ao Estádio Municipal, referiu que era uma aposta do executivo terminar a obra, anunciando a sua candidatura ao QREN. Sobre os aumentos significativos nas rubricas referida pela senhora deputada Dina Ribeiro, informou que se devia a uma extrapolação directa do crescimento das receitas em impostos directos ocorridos durante o ano de 2007. -----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que o Executivo desenvolveu o que estava previsto nas linhas estratégicas, ou seja, quatro níveis de actuação para a execução do programa eleitoral e dos planos de actividades, e que se resumem nas acções a financiar pelo QREN e pelos fundos municipais em sede de contratação. Estas acções correspondem ao que Executivo teria assumido enviar para o processo de contratação pela futura associação de municípios do Baixo Vouga. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro começou por congratular o Executivo pela diminuição dos prazos de pagamento aos fornecedores. Sobre o documento em discussão, comunicou as seguintes ideias: “O Plano espelha o Orçamento e o que interessa são as obras previstas com verba mais avultada. Havia obras no Plano de 2007 que no ano de 2008 ficarão financeiramente abandonadas. São exemplos disso o Largo da Feira de Salgueiro e a Biblioteca Municipal. Depois, há questões de planeamento. Foi assumida a prioridade de construção dos Centros Educativos e agora surge a intenção de financiar três pavilhões. Não questiono isso, mas acho que é uma intenção de planeamento. Percebo a importância desses pavilhões mas acho que é preciso pensar em termos de prioridades. Se calhar, primeiro vêm os Centros Educativos e depois vê-se a questão dos pavilhões. Há um planeamento que não é o mais correcto. Parece-nos que a Câmara, em determinada altura, tinha opções claras, e este Plano para 2008 deixa-nos dúvidas em relação a essas opções. Para além disso, há um compromisso que foi aqui assumido – conter a

disparidade entre a execução orçamental e a e a execução física, que parece começar a desvanecer-se. Por estas razões, a bancada do CDS-PP vai abster-se.” -----

----- O senhor Presidente da Câmara declarou que o único imposto directo que subiu de forma significativa foi o IMT, fruto de um projecto emblemático que é o Parque Empresarial de Soza, e fruto também da dinâmica da aquisição de compra e venda de terrenos aos privados. Relativamente aos Centros Educativos, referiu de forma clara que estes são claramente prioritários, estando a Câmara a lançar os concursos para elaboração dos projectos. E a expressão financeira que os Centros Educativos têm neste orçamento resulta do tempo que passará desde a elaboração dos projectos ao lançamento da obra a concurso, que se prevê superior a um ano. -----

----- O senhor deputado João Carlos Loureiro esclareceu que no tempo do executivo do Dr. Carlos Bento as dívidas a fornecedores e empreiteiros demoravam cerca de 700 dias para ser pagas. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2008. -----

----- Após a votação foram o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2008 aprovados com cinco abstenções e vinte e sete votos a favor. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público para intervir. -----

----- Por parte do público interveio o senhor Albano Gonçalves, da freguesia de Fonte de Angeão, referindo-se a dois exemplos ocorridos na sua freguesia, alertando para a necessidade de seleccionar os bons empreiteiros para construir os trabalhos pagos pela Câmara. -----

----- O senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor Albano Gonçalves, informando que a Câmara já revela esses cuidados na escolha dos empreiteiros. -----

----- De imediato o segundo secretário, Hugo Ribeiro Jorge, procedeu à leitura da minuta da acta da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a minuta da acta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-

----- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----